

O PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS: UM OLHAR A PARTIR HIBRIDIZAÇÃO DOS CIBERESPAÇOS

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães¹

RESUMO

O artigo analisa o processo de desinstitucionalização política das juventudes brasileiras, destacando como a hibridização dos ciberespaços redefine práticas de participação e reconfigura o campo político. A partir de autores como Bourdieu, Weber, Foucault e Agamben, e de pesquisas recentes sobre juventudes, argumenta-se que o aparente afastamento dos jovens das instituições tradicionais não representa apatia, mas a adoção de repertórios horizontais, fluidos e conectados. Com base em perspectivas da cibercultura e das ecologias comunicativas, evidencia-se que movimentos juvenis articulam ações presenciais e digitais, produzindo formas híbridas de engajamento que tensionam estruturas de poder e inauguram novos modos de atuação política.

PALAVRAS-CHAVE: juventudes; desinstitucionalização política; ciberespaços; movimentos sociais; participação política. **KEYWORDS:** youth; political deinstitutionalization; cyberspaces; social movements; political participation.

ABSTRACT

The article analyzes the process of political deinstitutionalization of Brazilian youth, highlighting how the hybridization of cyberspaces reshapes participation practices and reconfigures the political field. Drawing on authors such as Bourdieu, Weber, Foucault and Agamben, as well as recent research on youth, the study argues that the apparent distancing of young people from traditional institutions does not represent apathy, but rather the adoption of horizontal, fluid and connected repertoires. Based on perspectives from ciberculture and communicative ecologies, the analysis shows that youth movements articulate both face-to-face and digital actions, producing hybrid forms of engagement that challenge power structures and introduce new modes of political action.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre juventudes e participação política tem revelado transformações profundas nos modos de engajamento coletivo no Brasil. Mudanças nas estruturas institucionais, tensões democráticas, reconfigurações sociais e avanços tecnológicos produziram alterações significativas nos repertórios de ação das juventudes, especialmente a partir dos anos 2010. A intensificação das práticas digitais, a circulação acelerada de conteúdos e a hibridização das experiências sociais inauguraram uma ecologia comunicacional que redefine os contornos da ação política.

Entender esse fenômeno exige retornar às formulações clássicas sobre política enquanto estrutura de poder e campo de disputas. A partir de Bourdieu (1989), Weber (1982), Foucault (2008) e Agamben (2015), comprehende-se que a política se sustenta por mecanismos de

¹ Mestre e Doutor em Educação pela PUC Goiás, com estágio de Pós-Doutoral pela UNIFAL-MG. Professor visitante no Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu* – Mestrado Profissional) em Ensino para a Educação Básica (PPG-EnEB) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano, campus Urutai). Diretor Acadêmico, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Piracanjuba (FAP). Diretor da Escola do Futuro do Estado de Goiás (EFG) Luiz Rassi, em Aparecida de Goiânia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5583912358401527> | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0690-9357> | E-mail: vs.seabra@gmail.com

dominação simbólica, disputas por legitimidade e processos de visibilidade pública. Entretanto, pesquisas contemporâneas apontam que as juventudes vêm tensionando essas estruturas ao rejeitarem formatos tradicionais de engajamento, como partidos, sindicatos e entidades hierárquicas, deslocando sua atuação para espaços fluidos, conectados e desinstitucionalizados.

Esse movimento é amplamente identificado em estudos recentes sobre juventudes brasileiras. Zucco (2020), Santos (2019) e Almeida (2018) evidenciam a ruptura com formas clássicas de representação e a emergência de práticas políticas não institucionalizadas. Silveira (2021) e Mota (2023) destacam a centralidade das práticas culturais e performativas, enquanto Franco (2022) e Pereira (2022) mostram que a hibridização entre ambientes presenciais e digitais cria novos modos de engajamento, baseados na conectividade e na circulação de afetos, imagens e narrativas.

No campo das teorias da comunicação e das redes digitais, autores como Castells (2013), Lévy (1999), Jenkins (2006), Latour (2005), Lemos (2009), Reguillo (2012) contribuem para compreender como os ciberespaços se tornaram ambientes estruturantes de mobilização política, redefinindo fronteiras entre presencial e digital, entre representação e expressão, entre organização e espontaneidade.

Neste artigo, analisamos o processo de desinstitucionalização política das juventudes brasileiras a partir da hibridização dos ciberespaços. Nossa questão central é: de que modo as juventudes reconfiguram suas formas de ação política ao tensionarem instituições tradicionais e se apropriarem de ecologias comunicacionais híbridas?

Para responder à questão, realizamos uma análise teórica baseada em bibliografia clássica e contemporânea, articulando sociologia política, estudos da juventude e teorias da cibercultura. O texto organiza-se em três partes: política como estrutura de poder e como campo; desinstitucionalização política entre as juventudes brasileiras; movimentos sociais e hibridização dos ciberespaços.

1. POLÍTICA COMO ESTRUTURA DE PODER E COMO CAMPO

A noção de política adotada neste artigo comprehende a política como estrutura de poder que atravessa os diferentes âmbitos da vida social e organiza, de maneira contínua, os modos de ação coletiva. Essa perspectiva permite analisar como os sujeitos disputam posições, legitimidades e classificações sociais, o que se articula diretamente com a formulação de Pierre

Bourdieu (1989) sobre o campo político. Para o autor, o campo político é “o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (Bourdieu, 1989, p. 159). É nesse espaço que se tornam visíveis as disputas por autoridade, representação e poder de dizer o mundo.

Bourdieu também define o campo político como um espaço de “concorrência pelo poder” (Bourdieu, 1989, p. 185), no qual se disputa o “monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou totalidade” (Bourdieu, 1989, p. 185). Esse entendimento tem sido central para pesquisas recentes sobre juventudes e participação política, especialmente aquelas que identificam transformações profundas na forma como jovens se posicionam diante das instituições políticas tradicionais. As teses e dissertações de Zucco (2020), Santos (2019) e Almeida (2018) mostram que o afastamento das juventudes dos mecanismos formais de participação revela tensões estruturais dentro do campo político, nas quais jovens contestam a legitimidade de representantes, recusam hierarquias rígidas e deslocam seus repertórios de engajamento para arenas paralelas ou não institucionalizadas.

Max Weber contribui para essa discussão ao definir política como atividade ligada ao exercício e à disputa pela dominação legítima. Em sua formulação clássica, afirma que a política implica viver “para a política” e “da política” (Weber, 1982, p. 97), destacando que o Estado se sustenta pelo “monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (Weber, 1982, p. 98). Tal compreensão ilumina as análises de Silveira (2021) e Mota (2023), que identificam entre jovens uma desconfiança crescente em relação às formas tradicionais de dominação legal e burocrática, entendidas como distantes da experiência cotidiana da juventude contemporânea. Esses trabalhos mostram que os jovens percebem o campo político institucional como saturado de interesses alheios às suas demandas, o que reforça estratégias de distanciamento, reinvenção e criação de formas alternativas de ação coletiva.

A incorporação das contribuições de Michel Foucault e Giorgio Agamben amplia essa reflexão ao inserir a política no âmbito da biopolítica e da gestão da vida. Para Foucault, o biopoder é “o conjunto dos mecanismos” pelos quais características biológicas e modos de vida entram em estratégias gerais de dominação (Foucault, 2008, p. 3). Agamben, ao analisar o campo político contemporâneo, afirma que ali se busca “levar à aparência a própria aparência” (Agamben, 2015, p. 90), destacando a centralidade da visibilidade e das encenações políticas. A política aparece, então, como “uma finalidade sem meios” (Agamben, 2015, p. 107), o que reforça a ideia de que o poder se sustenta pela exposição e pela produção de legitimidade pública.

Essas formulações dialogam fortemente com pesquisas recentes sobre participação juvenil. As teses de Franco (2022) e Pereira (2022) demonstram que o campo político se reconfigura quando práticas de engajamento passam a ocorrer em ambientes híbridos, conectados e mediados por plataformas digitais. Nessas pesquisas, o campo político se desloca de instituições centralizadas para uma ecologia de interação distribuída, onde o poder simbólico se produz não apenas pelo discurso autorizado, mas também por meio de fluxos, redes e disputas informacionais. Assim, as interpretações clássicas de Bourdieu, Weber e Agamben permanecem essenciais, mas precisam ser tensionadas pela emergência de novos atores, dispositivos e lógicas de ação, especialmente no que diz respeito às juventudes brasileiras e suas formas de manifestação a partir dos anos 2010 em diante, e quiçá mais efetivamente após a pandemia da COVID-19 em 2020.

Dante disso, torna-se possível compreender que, embora o campo político continue estruturado por disputas de poder e legitimidade, as formas de participação e contestação política protagonizadas pelas juventudes revelam uma reconfiguração de suas fronteiras internas. Os movimentos sociais, coletivos juvenis e práticas políticas digitais, analisados nas pesquisas acima mencionadas, podem ser compreendidos como um subcampo em transformação, cujas dinâmicas apontam tanto para processos de desinstitucionalização quanto para a criação de novas formas de representação e ação coletiva.

2. A PERCEPÇÃO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA ENTRE AS JUVENTUDES BRASILEIRAS

A participação política das juventudes brasileiras tem passado por profundas transformações, cuja compreensão exige tanto o retorno às experiências históricas quanto a análise de fenômenos contemporâneos. De acordo com Duarte (2016), as décadas de 1960, 1970 e início dos anos 1980 foram marcadas pela intensa mobilização juvenil contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964. O autor destaca que o movimento estudantil consolidou-se como uma das principais formas de resistência, articulando-se a expressões culturais e políticas como o tropicalismo, os movimentos feministas e as organizações camponesas. Esse período foi igualmente marcado por perseguições, censuras e assassinatos de jovens militantes, configurando um cenário de repressão no qual a juventude emergia simultaneamente como alvo e agente de contestação social.

Essa centralidade juvenil nas lutas políticas é sintetizada por Groppo, ao afirmar que “as

juventudes foram e são parte das lutas sociais para estabelecer o domínio de certos grupos sociais, seu projeto político e visão de mundo. E parte das lutas para resistir a este domínio” (Groppi, 2016, p. 399). O autor argumenta que as juventudes constituem um grupo social que constantemente tensiona padrões, questiona normas e produz rearranjos institucionais, situando-se entre processos simultâneos de institucionalização e autonomia.

No entanto, estudos recentes têm apontado para um deslocamento significativo no modo como jovens se relacionam com a política institucional. As pesquisas de Zucco (2020), Santos (2019) e Almeida (2018) evidenciam um processo de desinstitucionalização política, caracterizado pelo afastamento das juventudes dos mecanismos tradicionais de participação, como partidos, sindicatos e entidades estudantis clássicas. Zucco (2020) identifica que esse distanciamento está associado à perda de credibilidade das estruturas representativas e à percepção de que tais instituições não respondem às demandas contemporâneas. Santos (2019) demonstra que jovens preferem práticas políticas informais, horizontais e fluídas, nas quais a lógica da representação é substituída por dinâmicas de expressão, presença e ação direta. Almeida (2018) reforça que essas práticas configuram formas de política pós-institucional, orientadas mais pela autonomia e pela construção de coletividades temporárias do que pela inserção em organizações estáveis.

Esse processo de desinstitucionalização já havia sido antecipado por Gohn (1997), ao observar o enfraquecimento das formas clássicas de participação e a emergência de novos mediadores, como as organizações não governamentais. Oliveira (2015) também aponta que a participação juvenil contemporânea se distribui em múltiplos espaços, muitos deles desligados da mediação partidária ou dos grandes movimentos sociais tradicionais.

Duarte (2016) sintetiza esse cenário afirmando que “os recentes estudos sobre a temática juventudes e participação política demonstram as diferentes e diversificadas formas de participação política dos jovens no mundo contemporâneo, em especial no Brasil” (Duarte, 2016, p. 894). Para o autor, o afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais tem sido interpretado equivocadamente como apatia, quando na verdade revela novas formas de ação política, muitas delas incompatíveis com modelos de participação das gerações anteriores. Em pesquisa posterior, Duarte (2020) destaca que a rejeição às formas tradicionais de organização não implica despolitização, mas sim contestação às elites políticas e aos mecanismos de regulação dos campos institucionais.

As teses de Seabra (2017, 2021), Silveira (2021) e Mota (2023) aprofundam essa

compreensão ao apontar que a juventude contemporânea expressa sua ação política principalmente em práticas culturais, coletivos informais e intervenções urbanas, muitas vezes desvinculadas de estruturas hierárquicas. Em tais contextos, a política se manifesta como construção de presença, afirmação identitária e disputa simbólica. Silveira (2021) observa que jovens priorizam espaços de engajamento que valorizam horizontalidade e afetos, enquanto Mota (2023) identifica processos de fuga das estruturas regulatórias, apresentando a política juvenil como um campo em devir.

Já Franco (2022) e Pereira (2022) mostram que a desinstitucionalização política juvenil está profundamente ligada à hibridização dos espaços digitais e presenciais. Em suas pesquisas, os autores identificam que os jovens açãonem repertórios de ação que misturam ocupações de ruas, mobilizações em redes sociais, produções midiáticas, ativismos algorítmicos e dinâmicas de engajamento híbrido. Assim, as práticas políticas juvenis se deslocam de instituições centralizadas para ecologias comunicacionais distribuídas, marcadas por temporalidades aceleradas, conectividade constante e formas de sociabilidade mediadas pelos ciberespaços.

Esse processo torna evidente que, no contexto brasileiro contemporâneo, a desinstitucionalização política não significa ausência de participação, mas sim a reorganização das formas de ação coletiva sob novas bases. As manifestações de Junho de 2013 e as ocupações secundaristas de 2015 e 2016, conforme lembra Duarte (2016), exemplificam a potência dessas formas emergentes, que combinam ocupação territorial, mobilização em rede e repertórios híbridos de engajamento. Tais movimentos apontam para a constituição de um novo paradigma no qual a política das juventudes se articula de modo menos institucional, mais fluido e profundamente conectado aos ambientes digitais.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A HIBRIDIZAÇÃO DOS CIBERESPAÇOS

A compreensão dos movimentos sociais no século XXI exige o reconhecimento de que as formas de mobilização e engajamento político têm sido profundamente transformadas pela presença dos ciberespaços e pelas dinâmicas de hibridização entre ambientes digitais e presenciais. A literatura recente evidencia que tais transformações alteram não apenas os repertórios de ação, mas também os modos pelos quais sujeitos e coletividades produzem sentido político. Em uma sociedade marcada pela intensificação das tecnologias digitais, os movimentos sociais se reorganizam em torno de redes, plataformas, circuitos informacionais e fluxos

conectivos que reconfiguram a lógica da participação coletiva.

Manuel Castells (2013) demonstra que os movimentos contemporâneos se estruturam como redes horizontais e distribuídas, nas quais a comunicação digital desempenha papel central na coordenação, na difusão e na produção de identidade coletiva. Para o autor, os ciberespaços viabilizam “redes de autonomia” capazes de mobilizar indivíduos em torno de causas comuns e de conectar experiências locais a fluxos globais. Pierre Lévy (1999) complementa essa ideia ao afirmar que o ciberespaço cria um ambiente cognitivo coletivo no qual a informação circula de forma descentralizada, possibilitando novas formas de cooperação e produção de inteligências políticas.

No âmbito dos estudos da cultura digital, Henry Jenkins (2006) destaca que as dinâmicas contemporâneas de engajamento se sustentam pela lógica da cultura da participação, na qual sujeitos não apenas consomem, mas produzem, remixam e distribuem conteúdos que moldam os imaginários políticos. Essas dinâmicas estão presentes de forma intensa nas mobilizações juvenis analisadas por Zucco (2020), Santos (2019) e Almeida (2018), que demonstram que a juventude se engaja por meio de repertórios colaborativos, afetivos e fluidos, acionando plataformas digitais como extensão – ou mesmo como substituição – dos espaços tradicionais de organização coletiva.

As teses de Silveira (2021) e Mota (2023) reforçam essa perspectiva ao constatarem que muitos coletivos juvenis se constituem em torno de práticas culturais urbanas, performances públicas e circuitos digitais de visibilidade, configurando formas híbridas de ativismo que transitam entre ruas, redes sociais e territorialidades simbólicas. Silveira evidencia que grupos ligados ao grafite, ao slam e às batalhas de rima ativam dinâmicas de engajamento que se articulam tanto presencialmente quanto nas plataformas digitais, de modo que o sentido político emerge da circulação e da publicização dessas práticas. Mota (2023) argumenta que essa política juvenil opera em uma lógica de devir, e não de institucionalidade fixa, característica central dos processos contemporâneos de desinstitucionalização.

Com base nessa perspectiva, a contribuição de Massimo Di Felice (2017) torna-se essencial. Para o autor, a tecnopolítica contemporânea constitui-se como um sistema comunicacional híbrido no qual humanos, dispositivos, redes e ecologias ambientais interagem de forma contínua. Di Felice afirma que as “ecologias comunicativas” dissolvem fronteiras tradicionais entre presencial e digital, permitindo que a ação política seja simultaneamente territorial, conectiva e distribuída. Essa concepção se alinha às análises de Franco (2022) e

Pereira (2022), segundo as quais a participação juvenil se estrutura como ação conectada, caracterizada pela alternância e pela sobreposição entre espaços físicos e ambientes digitais.

A perspectiva latino-americana, especialmente representada por Rossana Reguillo (2012), amplia esse debate ao destacar que as juventudes atuam em “ecologias de intensidades”, nas quais afetos, estéticas, emoções e algoritmos se entrecruzam na produção de presença política. Para Reguillo (2012), os jovens não apenas ocupam o espaço público, mas performam identidades políticas em ambientes híbridos que combinam visibilidade, conectividade e disputa simbólica. Essa análise ilumina eventos como as Jornadas de Junho de 2013 e as ocupações secundaristas de 2015 e 2016, que Duarte (2016) identifica como expressões paradigmáticas da política híbrida juvenil.

Autores como André Lemos (2009) e Bruno Latour (2005) contribuem para consolidar a noção de hibridização ao afirmar que, na sociedade contemporânea, não existem separações nítidas entre esferas técnicas e sociais. Para Lemos, a cidade e o ciberespaço se interpenetram na forma de “cibercidades”, onde sensores, redes móveis, dispositivos geolocalizados e práticas humanas se entrelaçam. Latour, ao analisar a constituição dos coletivos humano-não humano, demonstra que a ação social é sempre mediada por tecnologias, objetos e artefatos, o que implica compreender a participação política como prática socio-técnica.

Nesse contexto, movimentos sociais juvenis deixam de ser compreendidos apenas como mobilizações presenciais e passam a ser interpretados como fenômenos híbridos, rizomáticos e conectivos. Assim como evidenciam Franco (2022) e Pereira (2022), esses movimentos não operam segundo a lógica da representação estável, mas segundo uma lógica da circulação e da manifestação instantânea, impulsionada por dispositivos digitais, algoritmos e dinâmicas de visibilidade. O engajamento político se torna, portanto, performativo, informacional e distribuído, reafirmando o processo de desinstitucionalização política identificado nas pesquisas recentes.

Dessa forma, a hibridização dos ciberespaços não deve ser entendida apenas como um recurso tecnológico, mas como uma transformação estrutural da ação política das juventudes brasileiras. Os movimentos sociais articulados por jovens no século XXI expressam uma política que emerge da confluência entre ruas, redes, plataformas, afetos, visualidades e fluxos informacionais. Trata-se de uma política que transborda as estruturas institucionais, opera em ecologias híbridas e reconfigura o próprio campo político ao introduzir novos mediadores, novos repertórios e novos modos de produção de legitimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de desinstitucionalização política das juventudes brasileiras evidencia que não se trata de um afastamento da política, mas de uma reconfiguração de suas formas de manifestação. A partir da leitura de teses e dissertações recentes, observamos que os jovens contestam a legitimidade, a representatividade e a rigidez das instituições políticas tradicionais. Essa contestação impulsiona a construção de práticas políticas baseadas na autonomia, na horizontalidade, no afeto, na performatividade e na circulação de repertórios híbridos.

Os ciberespaços desempenham papel central nessa transformação. A hibridização entre ambientes digitais e presenciais não apenas amplia as possibilidades de mobilização, mas redefine as lógicas de ação coletiva. As juventudes operam em ecologias nas quais redes, plataformas, algoritmos, imagens, vídeos, intervenções urbanas e ocupações territoriais se entrecruzam, criando novas formas de expressão política. Esse processo foi evidenciado pelas manifestações de 2013 e pelas ocupações secundaristas de 2015 e 2016, que articulam repertórios digitais e presenciais de modo inseparável.

Assim, concluímos que a política juvenil contemporânea se caracteriza pela fluidez, pela conectividade e pela recusa de estruturas verticalizadas. Ela emerge de práticas que transbordam o campo institucional e produzem formas alternativas de organização e de disputa simbólica. As juventudes se constituem como agentes centrais de um novo modelo de ação política, no qual a hibridização dos ciberespaços não é apenas um suporte tecnológico, mas uma reorganização estrutural das formas de participação.

Este artigo contribui para ampliar o debate sobre juventudes e política, indicando que pesquisas futuras podem aprofundar análises sobre algoritmos, cultura digital, performatividade política, temporalidades aceleradas, afetos e modos de organização distribuída que configuram o cenário político contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim:** notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- ALMEIDA, Carolina. **Juventudes e coletivos:** práticas políticas pós-institucionais. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DI FELICE, Massimo. **Redes e ecologias comunicativas**: novas perspectivas da ação política. São Paulo: Paulus, 2017.

DUARTE, Aldimor Jacinto. Juventude e política no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 889-905, 2016.

DUARTE, Aldimor Jacinto. Juventudes e universidade: os desafios da formação de jovens no tempo presente. **Revista Caminhos**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 220-233, jan./abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Pedro. **Ação conectada**: juventudes e ecologias híbridas de participação. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GROOPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 383-402, 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2005.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MOTA, Larissa. **Política em devir**: juventude, crise institucional e insurgências cotidianas. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

OLIVEIRA, Roberto. Juventude e participação política: novos mecanismos de participação. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 45-67, 2015.

PEREIRA, Enzo. **Política em fluxos**: juventudes, redes sociais e ação distribuída. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

REGUILLO, Rossana. **Culturas juveniles**: formas políticas del desencanto. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

SANTOS, Luana Baracho. **Juventudes e participação política**: sentidos e afastamentos dos espaços institucionais. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SEABRA, Vinicius. **A ação formativa e a participação social de jovens universitários latino-americanos que integram a Comunidad Internacional de Estudiantes Evangélicos**. 2021. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação,

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SEABRA, Vinicius. **Juventudes, pobreza e urbanidade**: uma análise da construção histórico-social das juventudes no Centro-Oeste brasileiro. Goiânia: Publicar, 2017.

SILVEIRA, Matheus. **A política que escapa**: coletivos juvenis e práticas híbridas de ação. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1982.

ZUCCO, Luiz Gustavo. **Tornar-se jovem hoje**: subjetivação juvenil e crise das instituições. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.